

florete

por João Garin

O Planeta dos Macacos (11)

D. Maria II: uma "santa aliança" para desbaratar 32 mil contos

O espectro da crise económico-social, desencadeada e alimentada por comunistas e socialistas, agiganta-se sobre este desgraçado País. Jacinto Nunes, na RTP, advertiu os portugueses de que em breve terão de amortizar o 25 de Abril através de uma espécie de "Imposto de palhota" ou de "salvação nacional", como se preferir.

Porém, no alegre "Planeta dos Macacos", isto é, na Secretaria de Estado da Cultura, a vida prossegue num total alheamento da realidade, excepto nos períodos em que a "macacada" se dedica à subversão cultural e à propaganda marxista.

Foi seguramente com base neste inexplicável alheamento e também com os intuítos obscuros de propaganda política que a SEC atribuiu ao teatro de D. Maria II a modesta verba de 32 mil contos por ano. As explicações oficiais para justificação desta quantia não colhem, pois, de duas uma: ou fundamentam-se numa confrangedora ignorância ou visam esconder o trabalho de sapa realizado pelos marxistas.

Mas deixemo-nos de divagações abstractas e passemos a factos concretos:

O D. Maria II renasceu torto. As obras realizadas, como há tempos pude observar, redundaram num disparate incrível e geraram para o bom funcionamento do teatro dificuldades inesperadas, algumas inultrapassáveis. Depois, foi a discussão acerca do nome a estampar na fachada do edifício: julgou que a esquerda queria "Casa de Garrett" e a direita "Teatro D. Maria II". Para obviar a questão uma luminária cuja identidade desconheço, decidiu chamar ao teatro as duas coisas! Finalmente, surgiu o dramático problema da comissão instaladora e a SEC, na política ambiciosa de contentar gregos e troianos (política que fatalmente acaba por desagradar a todos) escolheu os seguintes indivíduos para integrar esse grupo: o pintor Lima de Freitas (que por razões muito suas abandonara a Direcção-Geral da Acção Cultural), o actor Francisco Ribeiro (Ribeirinho), José de Mattos Sequeira, o dr. Pavão dos Santos, da Direcção-Geral do Património, e os actores comunistas Pedro Lemos e Canto e Castro, este último na qualida-

de de presidente do Sindicato Totalitário dos Trabalhadores dos Espectáculos.

Como qualquer pessoa de bom senso teria seguramente previsto, do labor desta comissão resultou o mais redondo dos zeros. Após longas e cansativas horas de cerebração, produziu-se um projecto de lei orgânica para o D. Maria, o qual não pôde ser aprovado por colidir com a lei geral da administração pública, legislação que, obviamente, a comissão desconhecia...

Isto não obistou a que se improvisasse um género de comissão administrativa integrada pelo mesmo pintor Lima de Freitas, pelo mesmo Ribeirinho e por um terceiro até então marginalizado: o actor MDP/CDE que responde pelo nome de Costa Ferreira. Este não aquereria o lugar e demitir-se-ia rapidamente — supõe-se que por ordem do partido. Ficou contudo "contratado" como actor, circunstância de que veio a beneficiar toda a companhia, visto os salários terem sido aumentados para que este comunista de 2a. não fosse prejudicado.

O velho-novo D. Maria estava portanto apto a ser reinimado. E foi-o logo que se concluíram os ensaios de "O Alfageme de Santarém" e de "O Auto da Geração Humana".

A coisa não correu lá muito bem, porque o público desconfiando dos empreendimentos teatrais que não possuem determinada marca, não abre os cordões à bolsa. Assim, as bilheteiras somaram uns magros 570 contos (que até já davam para pagar os adereços ao Ribeirinho!), receita essa que foi partilhada entre o teatro e uma agência de publicidade, da seguinte maneira: 14 por cento para o primeiro e 86 por cento para a segunda.

Embora esta prodigalidade em anúncios nos órgãos da Comunicação Social pudesse ser criticável à partida, como péssimo acto administrativo, nada mais haveria a acrescentar. Todavia, há algo que não parece correcto neste imbróglio, pois verificou-se a bizarra circunstância de não ter sido aberto concurso público, nem sequer consultadas outras firmas do ramo, como é norma imposta aos departamentos do Estado e dá-se ainda o caso de o proprietário da agência ser amigo de Lima de Freitas...

Aliás, o pintor tem desenvolvida em alto grau a qualidade de não esquecer os amigos e manifesta-a com frequência. Foi seguramente por esta razão que o seu sócio na olaria de Porches, o inglês Patrick Swift, abichou o contrato para pintar os cenários da peça em exibição no D. Maria e expôs no Estoril, de parceria com Lima de Freitas e por influência da SEC, a bonita colecção de barros que se vendeu bastante bem.

Quanto a esta faceta do carácter do director da comissão administrativa gostaria de frisar que poderei eventualmente admirá-la.

De facto, a Amizade, nesta época em que os valores morais sofreram gravíssima inversão, necessita ser preservada e apontada como exemplo.

Porém, como no caso vertente a Amizade pode ser confundida com o nepotismo e o compadrio — duas aberrações em evidência depois da Abrilada — não deixo de o mencionar para que conste.

A circunstância de não ter existido concurso público para adjudicação da publicidade do D. Maria em nada impressionou Teresa Santa Clara Gomes, embora esta embora tivesse conhecimento da ocorrência e soubesse que o seu antecessor, Augusto Reis, se preparava para solicitar uma sindicância à administração do teatro, quando o II Governo caiu.

"Mas não vale a pena tentar pôr as coisas no sio..." — pensa-se na SEC.

Lima de Freitas, notável plástico que é, e Ribeirinho, esplêndido actor que também é, sendo ambos homens inteligentes, cedo se aperceberam das inúmeras dificuldades administrativas da casa. Para as dirimirem arranjaram um consultor administrativo — António Alves Dias — e dois consultores jurídicos — Margarida Ubach Chaves (conhecida figura de segunda linha do V Governo Provisório de má memória) e... pasmem leitores... o dr. Caiado, o grande, o único, o maior, o protegido do MDP/CDE, dr. Adelino Caiado, por mim já tão publicitado e justamente elevado à categoria de "1o. Atleta da Jurisprudência".

Apesar de aliciente remuneração, talvez porque algo lhe cheirasse a esturro, Margarida Ubach Chaves pediu a sua demissão em Agosto passado. Em Setembro, seguiu-se-lhe Alves Dias que justificou a sua saída, alegando nunca ver cumpridos os seus pareceres ou directivos.

Como uma lapa, firme no seu posto, brandindo a espada numa das mãos e a balança na outra, ficou... orgulhosamente só, o dr. Caiado.

Em relação ao Ulpiano olisiponense só lamento que não tire com mais frequência a tradicional venda que cobre os olhos da Justiça (os seus, neste caso) visto só assim se explicar o fenómeno de o extraordinário dr. Caiado considerar "imorais" pareceres da Procuradoria Geral da República e de, por outro lado, permitir que Ribeirinho contrate com Ribeirinho, com ratificação de Lima de Freitas, como sucedeu na autorização de despesa que a seguir transcrevemos:

"Pela encenação do "Alfageme de Santarém" para o espectáculo inaugural do Teatro Nacional de D. Maria II, autoriza-se o pagamento a Francisco Lopes Ribeiro, da importância de 70 000 \$ 00 (Setenta mil escudos).

Esta despesa será suportada pela rubrica "Aquisição de Serviços — Não Especificados", assinado: Lima de Freitas e Francisco Ribeiro".

Convém esclarecer que Ribeirinho deverá ainda receber através da SPA os "direitos de autor" relativos a cada noite que o "O Alfageme" esteve em cena.

Todas estas trapalhadas na administração reflectem-se, necessariamente, no comportamento da clique comunista que se infiltrou no teatro D. Maria. É por isso que Rogério Paulo é contratado para o papel na peça em exibição, muito embora no "cast" existam actores que o poderiam substituir perfeitamente; é por isso que o mesmo comunista já está arrematado para encenar Gorki; é por isso que em breve lá estará também o "antifascista" Curado Ribeiro; é por isso que Mário Pereira, delegado sindical, realiza mini-comícios com os restantes trabalhadores aliciando-os a encarnarem-se no PC e, finalmente, é por isso que o público se vê privado de assistir a bom teatro.

A macacada ri, diverte-se, guincha, faz piruetas, coça-se e... toma lá 32 mil contos.

Entretanto, Amélia Rey Colaço é penhorada pelas dívidas que contraiu durante a sua direcção.

Fundação Cultural